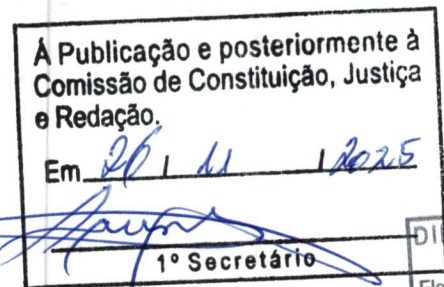




ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



PROJETO DE LEI Nº /2025.

PL Nº 485/2025

Dispõe sobre a disponibilização de avaliação cardiocirculatória às gestantes como parte do acompanhamento pré-natal em todoo Estado do Tocantins e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADODO TOCANTINS**, decreta:

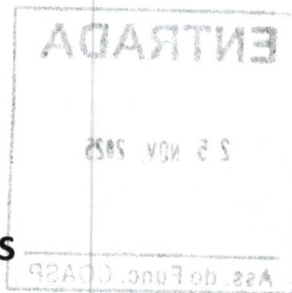
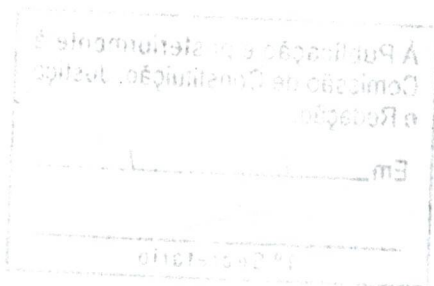
**Art.1º**Fica instituída, no âmbito do Estado do Tocantins, a avaliação cardiocirculatória da gestante como procedimento integrante do acompanhamento pré-natal oferecido pela rede pública estadual de saúde.

**Art.2º**A avaliação cardiocirculatória a que se refere esta Lei compreende, no mínimo:

- I – aferição regular da pressão arterial e da frequência cardíaca materna;
- II – realização de exame clínico cardiológico básico;
- III – encaminhamento para eletrocardiograma (ECG) e ecocardiograma quando houver indicação clínica ou histórico familiar de cardiopatia;
- IV – registro dos resultados no prontuário da gestante e na Caderneta da Gestante do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art.3º**As unidades de saúde estaduais e municipais deverão garantir a oferta periódica da avaliação cardiocirculatória durante o pré-natal, observando-se, sempre que possível, os seguintes marcos:

- I – na primeira consulta de pré-natal;
- II – no segundo trimestre gestacional;
- III – no terceiro trimestre gestacional; e
- IV – sempre que houver sintomas sugestivos de distúrbios cardiovasculares ou antecedentes de risco.



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

**Art. 4º**A Secretaria de Estado de Saúde, poderá celebrar convênios e parcerias com hospitais, clínicas conveniadas, universidades e fundações de saúde para ampliar o acesso aos exames cardiológicos, garantindo cobertura em todas as regiões de saúde do Estado, inclusive nas áreas rurais, indígenas e ribeirinhas.

**Parágrafo único.** Nas localidades onde não houver estrutura para exames de imagem, o atendimento poderá ocorrer por meio de ações itinerantes ou telemedicina, observadas as normas federais de regulação e sigilo profissional.

**Art.5º**Os profissionais de saúde que atuam na rede estadual de atenção à gestante deverão receber capacitação periódica para identificação precoce de sinais e sintomas de doenças cardiovasculares, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde.

**Art. 6º**O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo protocolos clínicos, fluxos de referência e contrarreferência, e critérios técnicos para os exames cardiológicos.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 8º**Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES**, aos 24 dias do mês de novembro de 2025.



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por finalidade garantir que todas as gestantes tocaninenses tenham acesso à avaliação cardiocirculatória como parte integrante do acompanhamento pré-natal, em todas as regiões de saúde do Estado.

Trata-se de uma medida preventiva essencial para a redução da mortalidade materna e para a promoção da saúde cardiovascular durante a gestação. Segundo o Ministério da Saúde, as doenças cardiovasculares representam hoje a principal causa de morte materna indireta no Brasil, respondendo por cerca de 30% dos óbitos de mulheres durante a gravidez, o parto ou o puerpério.

Atualmente, o pré-natal ofertado pelo SUS contempla exames laboratoriais e de imagem básicos, mas não inclui rotineiramente a avaliação cardiológica materna, o que resulta em diagnósticos tardios de doenças potencialmente fatais, como cardiomiopatias periparto, hipertensão gestacional, arritmias e insuficiência cardíaca. A presente proposta busca corrigir essa lacuna, estabelecendo a obrigatoriedade de oferta de exames clínicos e complementares – como aferição regular da pressão arterial, eletrocardiograma (ECG) e ecocardiograma – sempre que houver indicação clínica ou fatores de risco.

A instituição dessa política de rastreamento também se alinha aos princípios da integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), previstos na Lei nº 8.080/1990, que prioriza o fortalecimento da atenção primária e a redução de mortes maternas evitáveis. Além disso, a medida converge com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3 (Saúde e Bem-Estar), que estabelece como meta a redução da mortalidade materna global e a prevenção de doenças não transmissíveis.

Em termos econômicos, o impacto orçamentário é reduzido diante do potencial benefício social e sanitário. A avaliação cardiocirculatória precoce evita internações de alto custo, reduz a necessidade de transferências emergenciais de






**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

pacientes do interior e previne desfechos graves, como morte materna e neonatal, contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde estadual. Por fim, a aprovação desta Lei representa um avanço civilizatório na política de atenção à mulher tocantinense, assegurando que toda gestante, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica, tenha acesso a um pré-natal mais seguro, humanizado e completo, com ênfase na prevenção e na vida.

**SALA DAS SESSÕES, ESTADO DO TOCANTINS, aos 24 dias do mês  
denovembro de 2025.**

  
**GIPAO**  
**Deputado Estadual**

Imprimir



**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento: **P7bfdf5227103a053fbe90a86c91df222K15484**

Autor: **GIPÃO**

Descrição: **Dispõe sobre a disponibilização de avaliação cardiocirculatória às gestantes como parte do acompanhamento pré-natal em todo o Estado do Tocantins e dá outras providências.**

Tipo de Proposição:  
**Projeto de Lei da Casa**

Enviada por: **ALDAIR  
COSTA SOUSA  
(dep.gipao.sousa)**

Data de Envio: **24/11/2025  
16:45:18**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
GIPÃO

